



BAHIA: Segurança é baleado durante assalto a carro-forte em Amaralina



Criminosos chegaram de carro e trocaram tiros com os vigilantes

Um carro-forte foi assaltado por homens armados em um supermercado localizado no bairro de Amaralina, em Salvador, na tarde desta terça-feira 4. Na ação, um dos seguranças foi baleado durante tiroteio com os criminosos. As informações são da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA).

De acordo com o órgão, os suspeitos utilizaram um veículo modelo HB20 para realizar o roubo. Eles chegaram de carro e trocaram tiros com os vigilantes, que saíram do estabelecimento quando foram surpreendidos.

Um segurança, que não teve o nome revelado, acabou atingido na perna. Ele foi socorrido e encaminhado para uma unidade de saúde. Não há informações sobre o seu estado de saúde e nem para qual hospital foi encaminhado.

Os malotes de dinheiro foram levados pelos bandidos. Até publicação desta reportagem, ninguém havia sido preso. O Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e a Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR) investigam o roubo.

Fonte: Jornal A Tarde

Aprovação da terceirização irrestrita é “desastre humano”, diz procurador Rodrigo Carelli



A decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a terceirização nas atividades-fim das empresas como uma forma de contratação lícita e constitucional, deu a questão uma amplitude ainda maior do que a reforma Trabalhista, que acabou com mais de 100 itens da CLT.

“Esse é o perigo” para os trabalhadores e trabalhadoras, afirma o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Rio de Janeiro, Rodrigo Carelli.

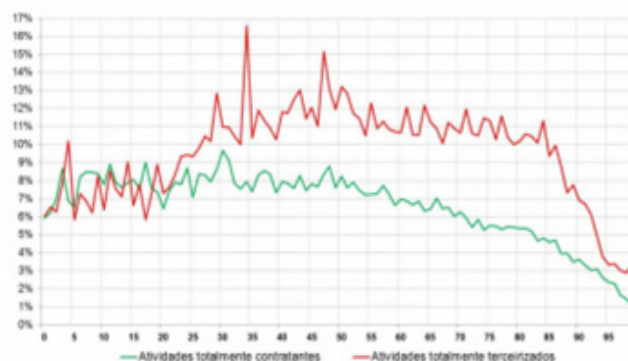
Em Nota Técnica de março do ano passado, que analisou as condições de trabalho dos terceirizados, o Dieese já alertava sobre esses riscos. De acordo com os técnicos, permitir a terceirização em qualquer etapa da atividade produtiva das empresas, além de abrir as portas para a quarteirização, aprofunda a precarização das condições de trabalho e de remuneração.

Isso significa, diz o Dieese, que “poderá haver uma piora na própria distribuição de renda no país, além de aumento da insegurança entre os trabalhadores”.

O estudo feito pelo Dieese, em 2017, mostra que é duas vezes mais alto o total de registros de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas do que nas tipicamente contratantes, ou seja, entre os trabalhadores contratados diretamente pelas empresas.

ESTUDO DIEESE

GRÁFICO 11
Participação percentual dos afastamentos por acidente de trabalho típicos, por faixa salarial, em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes Brasil, 2014 (em % em relação ao total de afastamentos)



Fonte: MTb: Rais
Elaboração: DIEESE, Subseção CUT Nacional
Obs.: a) Incidência de afastamento por acidente de trabalho típico entre o total de afastamentos (não foram considerados licença-maternidade, serviço militar obrigatório e licenças sem vencimentos); b) acidente de trabalho típico: aquele que ocorre no exercício de atividade profissional a serviço da empresa

Diante de tantos riscos relacionados às condições de trabalho e à integridade física, tanto o procurador Rodrigo Carelli, que é também professor de Direito do Trabalho na Faculdade Nacional de Direito – UFRJ, quanto o diretor do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal, Luiz Saraiva (Luizinho), orientam os trabalhadores a se sindicalizarem.

Para Carelli, é recomendável que trabalhadores e trabalhadoras se sindicalizem para poderem, coletivamente, reivindicar direitos e reclamar contra abusos. Ele lembra que o MPT, também, está sempre de portas abertas para receber denúncias.

Segundo ele, apesar da decisão do STF, “ainda há meios de recorrer à Justiça. Se o trabalhador entender que foi lesionado por causa de suas tarefas, ele pode – e deve – buscar orientação no sindicato e no Ministério Público do Trabalho porque se houver uma fraude, há meios jurídicos sim de buscar reparação”.

Luizinho diz que os trabalhadores e as trabalhadoras precisam acompanhar a rotina dos seus sindicatos, para saber das agendas e orientações em relação à implementação dessas novas leis e estar atento a todas as ações que os dirigentes forem fazer para lutar por seus direitos.

O procurador do MPT explica que provavelmente haverá a construção de uma nova jurisprudência. Ele diz que a única coisa que se sabe até agora é que “vai acontecer um desastre humano”.

“Mas o tamanho dele [desastre humano] só poderá ser mensurado à medida que a nova lei chegar: se é uma terceirização de verdade aonde vai ter uma prestação de serviços em que haverá uma atividade especializada, ou se vai ser um vale-tudo de diversas formas de contratação que se voltará a um trabalho muito mais precário, em condições piores de trabalhos, acidentes e até mortes”, pontuou Rodrigo Carelli.

Para Luizinho, é difícil falar em questões como humanidade, quando o que se viu em Brasília foi um grupo de ministros votando sem, em nenhum momento, analisar a questão do ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que já são exploradas todos os dias e que serão ainda mais.

Segundo o diretor do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal, os trabalhadores do comércio que já são bastante penalizados com jornadas exaustivas que precisam ser diariamente fiscalizadas pelos sindicatos da categoria porque os patrões descumprem os acordos coletivos, serão um dos mais prejudicados.

Além disso, diz o dirigente, os terceirizados têm salários e benefícios menores do que os trabalhadores diretamente contratados pelas empresas. Por isso, diz ele, a decisão do STF, deixa “a classe trabalhadora totalmente à mercê da gana de mais lucro dos patrões”.

Para Luizinho, que também é coordenador da sede administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs) no DF, “o Supremo regulamentou a retirada de direitos que, no caso específico do comércio, já são poucos.”

Estudo publicado pelo Dieese em março do ano passado comprovou, mais uma vez, que os terceirizados ganham menos e trabalham mais. De 2007 a 2014, a diferença entre os terceirizados e os contratados diretamente pelas empresas se manteve, em média, entre 23% e 27%. Em dezembro de 2014, a remuneração média nas atividades tipicamente contratantes era de R\$ 2.639, enquanto nas atividades tipicamente terceirizadas era de R\$ 2.021.

Em relação à jornada de trabalho, aponta o Dieese, 85,9% dos terceirizados trabalhavam entre 41 e 44 horas semanais, enquanto essa proporção era de 61,6% entre os contratados diretamente pelas empresas.

Fonte: CUT Nacional

Abusos trabalhistas levam a multa de R\$ 5,3 milhões no Santander

A cobrança de metas abusivas e assédio moral, entre outras irregularidades trabalhistas, resultaram na aplicação de multa estimada em R\$ 5,35 milhões ao banco Santander. Auditores-fiscais do Ministério do Trabalho lavraram 1.350 autos de infração, durante fiscalização em agências na região metropolitana de Belo Horizonte.



Os fiscais analisaram a política de metas do banco e concluíram que elas são abusivas. De acordo com os auditores, a exposição dos resultados de desempenho dos funcionários com rankings pregados em murais nas agências e divulgados por mensagens de celular contraria cláusula da Convenção Coletiva dos Trabalhadores. “No monitoramento de resultados, os bancos não expõem, publicamente, o ranking individual de seus empregados”, diz a norma.

A fiscalização aponta ainda que as metas são impostas sem a participação dos trabalhadores e exigem ritmo intenso de trabalho para serem alcançadas. Outro problema é que nem sempre o esforço maior implica no recebimento de valores extras.

Os auditores-fiscais realizaram entrevistas com 81 trabalhadores de 53 agências da capital mineira. Entre os entrevistados, 70% relataram

sofrer ameaças de demissão caso não cumpram as metas, e 66% consideram a meta cobrada excessiva. O percentual dos que não conseguem atender as metas habitualmente é de 45%.

Adoecimento - “Os trabalhadores estão sofrendo com alto índice de doenças psíquicas como depressão, síndrome do pânico e ansiedade”, afirma Odete Cristina Reis, auditora-fiscal do trabalho que coordenou a fiscalização.

A fiscalização do Ministério do Trabalho constatou que o Santander adota jornada de 8 horas sem o pagamento de horas extras. Segundo a Convenção Coletiva dos bancários, a jornada oficial é de 6 horas e o que superar isso tem que ser considerado como hora extra.

Mais informações: reporterbrasil.org.br

PEC da morte é responsável pelo aumento das taxas de mortalidade, avalia CUT

Pela primeira vez desde 1990, a taxa de mortalidade infantil do Brasil aumentou em 2016, ano do golpe de Estado, e a tendência é que o índice de 2017 se mantenha acima do registrado em 2015. A mortalidade materna, que teve redução de 43% entre 1990 e 2015, aumentou em 2017. Passou de 62 mortes por 100.000 nascidos vivos para 64 – o aumento foi maior nas regiões Norte e Nordeste, segundo o Ministério da Saúde.

A afirmação é da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que analisou dados registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Segundo o estudo, os aumentos das mortalidades materna e infantil se devem a longa crise econômica – economia estagnada, sem previsão de melhora a curto prazo, com quase 13 milhões de brasileiros desempregados, o aumento da miséria e a PEC da morte, entre outras medidas de arrocho fiscal tomadas pelo ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP).

A secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, concorda com os pesquisadores sobre os motivos do aumento do número de mortes materna e infantil, mas destaca que a principal responsável por essa tragédia é a Emenda Constitucional 95 (EC95), que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas básicas, como saúde e educação.

“Quando a gente disse que a EC 95 é a PEC da morte não foi para fazer uma metáfora, e sim porque é uma consequência da medida deste governo ilegítimo e golpista de Temer. Num país como Brasil, onde as pessoas dependem do serviço público, diminuir o Estado é condenar toda uma sociedade, principalmente às mulheres, negras, pobres e crianças”, disse Jandyra.

Estudo feito pela Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT mostra que os indicadores de mortalidade materna e infantil são os primeiros a serem evidenciados numa situação de crise e das condições de vulnerabilidade, como no pós-golpe em 2016, no qual muitas políticas sociais foram destruídas em meio a recessão demorada e a estagnação da economia que paralisa o país desde que Temer assumiu.

“É uma vergonha nacional e uma agressão aos direitos humanos ver as mulheres morrendo em

decorrência de uma gestação”, afirma Jandyra Uehara.

“A atenção integral a saúde da mulher e a promoção de direitos sexuais e reprodutivos são aspectos cruciais no cumprimento dos direitos humanos das mulheres brasileiras e evitaria muitas mortes de mães e filhos, e este direito está sendo negado”, destacou a dirigente CUTista.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil conseguiu reduzir os índices de mortes relacionadas à gravidez ou parto de 1990 a 2013 em 43%.

A secretária da Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida, afirma que as políticas públicas implementadas, especialmente no governo do ex-presidente Lula, foram essenciais para esse resultado.

Em 1984, fruto da luta das mulheres, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) que mais tarde, no governo Lula, passou a ser uma Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e essa medida reduziu o número de mortes de mães e crianças, afirma Madalena.

“Essa política foi decisiva para a ampliação do direito ao pré-natal com impactos diretos nos indicadores de saúde, especialmente na mortalidade materna e neonatal refletindo o avanço da melhoria do atendimento e da cobertura do serviço de saúde às mulheres do campo e da cidade”, explicou Madalena.

A dirigente CUTista aponta também que a PEC da Morte foi responsável pela situação atual. Vários Postos de Saúde Básica foram fechados e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foi alterada, diminuindo a capacidade do SUS na saúde da família no qual inúmeras mulheres grávidas ficaram sem proteção e consequentemente as crianças também.

“A promoção de saúde por meio do amplo acesso a serviço de saúde pública e gratuita é fundamental para garantia de uma assistência de qualidade à saúde das mulheres”.

Fonte: CUT Nacional

Os indicadores de mortalidade materna e infantil são os primeiros a ser evidenciados numa situação de crise e de aumento das condições de vulnerabilidade, como no pós o golpe de 2016

Geração de emprego será um dos maiores desafios do próximo presidente do Brasil



O desemprego é um dos principais desafios do próximo Presidente da República, depois do verdadeiro “extermínio” de vagas promovido pelo ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), que aprovou “reforma” trabalhista argumentando que a mudança da Lei modernizaria as relações de trabalho e contribuiria para criar milhares de emprego.

A lei de Temer acabou com mais de 100 itens da CLT e, como diz o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, legalizou bicos ao liberar contratos de trabalho intermitentes e parciais. Hoje, trabalhadores e trabalhadoras podem receber até menos de um salário mínimo por mês, como confirmou em sua base Paloma Santos, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores de Asseio e Conservação de Cubatão, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá e Bertioga (Sindlimpeza).

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), José Luiz Souto Maior, confirma: a lei trabalhista não gerou empregos, **mas aumentou significativamente**

o poder dos empregadores e deixou os trabalhadores e suas organizações sindicais mais vulneráveis, o que prejudica a luta por direitos.

Extermínio de empregos no governo Temer

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, mostram o tamanho do extermínio dos empregos na era pós golpe.

De 2015 até agora, foram perdidos 2.228.848 vagas formais, sendo 654 mil na indústria de transformação e 461 mil no setor de serviços. Em julho de 2015, havia no Caged um estoque de 40,4 milhões de empregados com carteira assinada. O total em julho deste ano é de 38,2 milhões.

Já a Pnad Contínua mostra entre o trimestre encerrado em julho de 2015, ainda no governo Dilma, e igual período deste ano, a taxa nacional de desemprego aumentou de 8,6% para 12,3% e atingia, em julho deste ano, 12,9 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Ainda nesse período, o país viu encolher o mercado formal. Os empregados com carteira no setor privado caíram de 35,7 milhões, em julho de 2015, para 33 milhões este ano. Os sem carteira aumentaram de 10,1 milhões para 11,1 milhões, enquanto os trabalhadores por conta própria foram de 22,1 milhões para 23,1 milhões. Assim, 2,7 milhões de empregos formais a menos, acréscimo de 2 milhões de informais.

No governo Temer, as medidas incluíram uma lei de “reforma” trabalhista (13.467) e outra liberando a terceirização (13.429), **agora chancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)**, sempre em nome da flexibilização. Até agora, essas mudanças legais ajudaram apenas a expandir o emprego informal.

Como os candidatos tratam o tema desemprego

O combate ao desemprego está presente nos discursos dos candidatos à Presidência da República e nos programas de governo, na maior parte dos casos, de maneira genérica. Entre eles, Lula (PT), Ciro Gomes (PDT) e Guilherme Boulos (Psol), que falam em referendo para revogar as “reformas”. Já Geraldo Alckmin (PSDB) e Jair Bolsonaro (PSL) defendem a reforma.

Confira o que dizem alguns deles sobre o tema emprego:

Lula (PT)

Propõe, para os primeiros meses de mandato, um “plano emergencial de emprego”, com prioridade para a juventude. Entre as principais ações, retomada de obras inacabadas pelo país, “selecionadas por importância estratégica regional, bem como as pequenas iniciativas no plano municipal”, retomada dos investimentos da Petrobras e do programa Minha Casa Minha Vida. Destaca os milhões de empregos com carteira criados em seus mandatos.

O plano de governo também fala em reforçar investimentos no Bolsa Família, “incluindo aqueles que voltaram à pobreza com o golpe”, e criação de linhas de crédito “com juros e prazo acessíveis”. Propõe um modelo de desenvolvimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.

Geraldo Alckmin (PSDB)

Sempre no plural majestático, fala em priorizar “políticas que permitam às regiões Norte e Nordeste desenvolver plenamente as suas potencialidades em áreas como energias renováveis, turismo, indústria, agricultura e economia criativa”. Diz ainda: “Abriremos a economia e faremos com que o comércio exterior represente 50% do PIB. isso é vital para retomarmos a agenda de competitividade do país”. Também defende prioridade a investimentos em infraestrutura, em parceria com o setor privado.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Além disso, “usaremos a nossa diplomacia para firmar acordos comerciais que nos ajudem a expandir os mercados brasileiros no exterior e a reinserir o país na economia global”. O programa fala ainda em promover o desenvolvimento da indústria 4.0 e fomentar o empreendedorismo.

Jair Bolsonaro (PSL)

Afirma que as economias de mercado “são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social”. E que é “graças ao liberalismo” que bilhões de pessoas “estão sendo salvas da miséria em todo o mundo”.

Apesar de tudo isso, o Brasil “NUNCA (destaque do programa) adotou em sua História Republicana os princípios liberais”. É o liberalismo que “reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades”. O candidato diz que quer criar “um ambiente favorável ao empreendedorismo”, afastando o “populismo”.

Ciro Gomes (PDT)

Fala em estratégia planejada, “um plano nacional” que estabeleça prioridades sociais e econômicas”, com metas de curto, médio e longo prazos “que permitam ao Brasil alcançar, em termos de renda e desenvolvimento humano, o mesmo nível de alguns países europeus ou asiáticos que já deixaram para trás problemas como desemprego, miséria e pobreza e oferecem oportunidades e um bom nível de vida para todos os seus habitantes”.

É preciso “um plano, um caminho estabelecido entre a sociedade e o governo, entre os trabalhadores, o setor privado e o setor público, que defina claramente políticas de desenvolvimento” com foco na expansão da competitividade. Fala também de mudança na carga tributária para reduzir peso sobre criação de empregos e políticas de inovação e estímulo ao investimento.

Fonte: CUT Nacional

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF